



01) Qual ente é destituído de poder para instituir tributo?

- a) União
- b) Estado
- c) Território Federal
- d) Distrito Federal

02) Qual diploma normativo é apto para estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária?

- a) Lei Complementar
- b) Lei Ordinária
- c) Resolução do Senado
- d) Decreto

03) Não compete ao Distrito Federal criar:

- a) Impostos estaduais
- b) Impostos municipais
- c) Impostos federais
- d) Taxas

04) Qual hipótese não legitima a União a instituir empréstimos compulsórios?

- a) Para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública
- b) Para atender a despesas extraordinárias decorrentes da iminência de guerra externa
- c) No caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional
- d) No caso de conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo

05) Por meio de imunidade, a Constituição Federal não protege diretamente as exportações de qual tributo:

- a) IPI;
- b) ISS;
- c) ICMS
- d) CIDE

06) Precisa atender o princípio da noventena:

- a) a redução da alíquota do IR
- b) o aumento da base de cálculo do IPTU
- c) o aumento da alíquota do IPTU
- d) o aumento da base de cálculo do IPVA

07) A Constituição Federal proíbe a instituição de impostos sobre:

- a) A importação de fonogramas musicais, mesmo produzidos no exterior, contendo obras interpretadas exclusivamente por artistas brasileiros
- b) A importação de fonogramas musicais, independentemente da nacionalidade dos autores e dos intérpretes
- c) Fonogramas musicais, desde que produzidos no Brasil, independentemente da nacionalidade dos autores e dos intérpretes
- d) Fonogramas musicais, desde que produzidos no Brasil, e contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros

08) A União não está proibida de:

- a) Estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- b) Tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes
- c) Instituir isenções de quaisquer tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios
- d) Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro;



09) Com relação ao ICMS, não compete à lei complementar:

- a) disciplinar o regime de compensação do imposto
- b) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço
- c) definir seus contribuintes
- d) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas

10) As alíquotas do IPTU não podem:

- a) variar segundo a renda do proprietário
- b) ser progressivas em razão do valor do imóvel
- c) ser diferentes de acordo com a localização do imóvel
- d) ser diferentes de acordo com o uso do imóvel

11) O IR será informado, na forma da lei, segundo os critérios da:

- a) seletividade, da universalidade e da progressividade
- b) generalidade, da universalidade e da progressividade
- c) seletividade, da generalidade e da progressividade
- d) generalidade, da universalidade e da seletividade

12) Assinale a afirmativa incorreta:

- a) a contribuição social sobre o lucro pode ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica da empresa
- b) a contribuição social sobre a receita pode ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da utilização intensiva de mão-de-obra pela empresa

- c) a contribuição social do importador de bens ou serviços do exterior pode ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da condição estrutural do mercado de trabalho
- d) a contribuição social incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, pode ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão do porte da empresa

13) Na forma da lei, a administração fazendária e seus servidores fiscais:

- a) terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos
- b) terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, exceto sobre a fiscalização sanitária, agrícola e ambiental
- c) terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos e autoridades dos outros Poderes
- d) não terão precedência sobre os demais setores administrativos, os quais devem atuar de forma independente e harmônica

14) Não é definido como contribuinte do IPI:

- a) o importador
- b) o industrial
- c) o detentor de produtos apreendidos ou abandonados
- d) o comerciante de produtos sujeitos ao imposto ao fornecê-los ao industrial

15) Assinale a alternativa que contenha um meio de integração da legislação tributária



não previsto expressamente no Código Tributário Nacional:

- a) Equidade
- b) Princípios Gerais do Direito Público e do Privado
- c) Princípios Gerais de Direito Tributário
- d) Analogia

16) Nos termos do Código Tributário Nacional, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre, exceto:

- a) suspensão do crédito tributário
- b) outorga de isenção
- c) dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias
- d) dispensa do cumprimento de obrigações tributárias principais

17) A expressão “fato gerador” é adotada pelo Código Tributário Nacional:

- a) para designar exclusivamente a situação que dá causa jurídica ao tributo
- b) para designar exclusivamente a situação que dá causa jurídica à obrigação principal
- c) para designar a situação que dá causa jurídica à obrigação tributária, seja ela principal, seja acessória
- d) para designar exclusivamente a situação que dá causa jurídica à penalidade pecuniária

18) São efeitos da solidariedade tributária passiva, exceto:

- a) o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais
- b) a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo

- c) a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais
- d) o benefício de ordem entre contribuintes e responsáveis tributários

19) Nas hipóteses de responsabilidade por infrações, a denúncia não se considera espontânea quando apresentada:

- a) após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração
- b) após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, por parte de autoridade competente para investigar o tipo de infração cometida
- c) após o último dia do exercício seguinte àquele em que a autoridade poderia ter realizado o lançamento
- d) passados sessenta dias da prática da infração

20) Se a lei não fixar prazo para a homologação do pagamento, será ele de cinco anos, a contar:

- a) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado
- b) da data do pagamento, mesmo parcial
- c) da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento
- d) da ocorrência do fato gerador

21) Parcelamento de crédito tributário corresponde a

- a) mera regra de dilação do prazo de pagamento do tributo
- b) hipótese de suspensão do crédito tributário



- c) hipótese de extinção do crédito tributário
d) hipótese de exclusão do crédito tributário
- 22) Assinale a alternativa com a afirmativa correta:
- a) Quando em montante superior ao tributo, a imposição de penalidade ilide o pagamento integral do crédito tributário.
 - b) O pagamento de um crédito importa em presunção de pagamento, quando parcial, das prestações anteriores em que se decompõe.
 - c) O pagamento de um crédito importa em presunção de pagamento, quando parcial, de todas as prestações em que se decompõe.
 - d) O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento, quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.
- 23) Exclui o crédito tributário, nos termos do Código Tributário Nacional:
- a) a decadência
 - b) a prescrição
 - c) a isenção
 - d) o depósito do seu montante integral
- 24) Não corresponde a uma das hipóteses de extinção do crédito tributário previstas no CTN:
- a) conversão de depósito em renda
 - b) dação em pagamento em bens móveis
 - c) decisão judicial passada em julgado
 - d) transação
- 25) Assinale a alternativa que não apresenta uma das hipóteses, previstas no Código

Tributário, de interrupção da prescrição do direito de o Fisco cobrar o crédito tributário:

- a) a citação pessoal feita ao devedor
- b) o protesto judicial
- c) qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor
- d) qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

26) Na falência, a multa tributária:

- a) Não mais pode ser exigida
- b) Prefere apenas aos créditos subordinados
- c) Pode ser exigida, mas sem preferência sobre qualquer tipo de crédito
- d) Possui a mesma preferência do tributo a que se refere

27) Assinale a alternativa com a afirmativa correta:

- a) A Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.
- b) Apenas na forma estabelecida por lei, a Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações.
- c) A despeito do sigilo fiscal, não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamento.
- d) Tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício não são obrigados a prestar à autoridade administrativa fiscal informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.



28) A dívida ativa regularmente inscrita:

- a) Goza de presunção relativa de certeza e liquidez
- b) Goza de presunção absoluta de certeza e liquidez
- c) Não goza de presunção de certeza, nem de liquidez
- d) Goza de presunção apenas quanto à certeza do crédito

29) Não tem o mesmo efeito da certidão negativa de tributos, aquela em constem créditos:

- a) Vincendos
- b) Parcelados
- c) Em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora
- d) cuja exigibilidade foi judicialmente questionada e a ação ainda não transitou em julgado em desfavor do sujeito passivo tributário

30) Os prazos fixados na legislação tributária:

- a) Contam-se em dias úteis, salvo expressa disposição em contrário
- b) Contam-se incluindo-se o dia de início
- c) Contam-se incluindo-se o dia do vencimento
- d) Vencem em qualquer dia do ano, inclusive sábados, domingos e feriados